

Literatura Brasileira I

Ana Maria Leal Cardoso



São Cristóvão/SE
2009

Literatura Brasileira I

Elaboração de Conteúdo

Ana Maria Leal Cardoso

Projeto Gráfico e Capa

Hermeson Alves de Menezes

Diagramação

Neverton Correia da Silva

Reimpressão

Copyright © 2009, Universidade Federal de Sergipe / CESAD.
Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização por escrito da UFS.

**FICHA CATALOGRÁFICA PRODUZIDA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Cardoso, Ana Maria Leal
C268I Literatura brasileira I / Ana Maria Leal Cardoso -- São
Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009.

1. Literatura brasileira. I. Título.

CDU 821.134.3(81)

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Chefe de Gabinete
Ednalva Freire Caetano

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Coordenador Geral da UAB/UFS
Diretor do CESAD
Antônio Ponciano Bezerra

Secretário de Educação a Distância
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-coordenador da UAB/UFS
Vice-diretor do CESAD
Fábio Alves dos Santos

Reitor
Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor
Angelo Roberto Antonioli

Diretoria Pedagógica

Clotildes Farias (Diretora)
Hérica dos Santos Mota
Iara Macedo Reis
Daniela Souza Santos
Janaina de Oliveira Freitas

Núcleo de Avaliação

Guilhermina Ramos (Coordenadora)
Carlos Alberto Vasconcelos
Elizabete Santos
Marialves Silva de Souza

Diretoria Administrativa e Financeira

Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)
Sylvia Helena de Almeida Soares
Valter Siqueira Alves

Núcleo de Serviços Gráficos e Audiovisuais

Giselda Barros

Coordenação de Cursos

Djalma Andrade (Coordenadora)

Núcleo de Tecnologia da Informação

João Eduardo Batista de Deus Anselmo
Marcel da Conceição Souza

Núcleo de Formação Continuada

Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Assessoria de Comunicação

Guilherme Borba Gouy

Coordenadores de Curso

Denis Menezes (Letras Português)
Eduardo Farias (Administração)
Haroldo Dorea (Química)
Hassan Sherafat (Matemática)
Hélio Mario Araújo (Geografia)
Lourival Santana (História)
Marcelo Macedo (Física)
Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria

Edvan dos Santos Sousa (Física)
Geraldo Ferreira Souza Júnior (Matemática)
Janaina Couvo T. M. de Aguiar (Administração)
Priscilla da Silva Góes (História)
Rafael de Jesus Santana (Química)
Ronilse Pereira de Aquino Torres (Geografia)
Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)
Vanessa Santos Góes (Letras Português)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)
Edvar Freire Caetano
Isabela Pinheiro Ewerton

Lucas Barros Oliveira
Neverton Correia da Silva
Nycolas Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"
Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze
CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE
Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474

Sumário

AULA 1	
O que é Literatura Brasileira	07
AULA 2	
As estéticas barroca e arcádica e suas relações com o Romantismo...	29
AULA 3	
O Romantismo na Europa e no Brasil	51
AULA 4	
A primeira geração romântica e o Indianismo na prosa e na poesia brasileiras.....	73
AULA 5	
O romance urbano no Romantismo.....	91
AULA 6	
A segunda geração romântica e o Ultra- Romantismo	109
AULA 7	
O Teatro Romântico	129
AULA 8	
O Romance regionalista no Romantismo.....	151
AULA 9	
A terceira geração romântica ou Condoreira.....	171
AULA 10	
Romantismo desviante em prosa e verso.....	191

O QUE É LITERATURA BRASILEIRA

META

Apresentar e discutir conceitos de Literatura Brasileira, considerando-se sua origem, a partir da crítica literária de Antonio Candido, Alfredo Bosi e Afrânio Coutinho.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- definir o campo da literatura brasileira, a par da discussão teórica sobre seus conceitos e suas origens;
- reconhecer os autores e obras mais importantes do nosso quinhentismo;
- mostrar, através dos textos produzidos no Brasil do período colonial, que a literatura apresenta-se diferenciada, não só denotando um caráter nacional, como contribuindo para afirmar esse caráter.

PRÉ-REQUISITOS

Para entender a aula de hoje, é necessário que você reveja o conceito de literatura apresentado na disciplina Teoria Literária, afinal, estamos iniciando uma nova viagem através da Literatura Brasileira.



(Fonte: <http://www.gettyimages.com>).

INTRODUÇÃO

Oi, tudo bem? Nesta nossa primeira aula, conversaremos sobre os conceitos de Literatura Brasileira, a partir da consideração de suas origens e da sua expressão como literatura nacional. Ao embarcarmos nessa ‘viagem’, precisamos refletir um pouco sobre o problema das origens da nossa literatura, que, segundo Alfredo Bosi (2000), não pode formular-se em termos de Europa, berço das grandes nações modernas que condicionou grande parte da história cultural, mas nos mesmos termos das outras literaturas americanas, ou seja, a partir de um *complexo colonial* de vida e de pensamento.

Partindo da idéia de que existe uma constante busca de identidade nacional e de que a literatura desempenhou nesse sentido um papel de grande importância, Afrânio Coutinho (2008) combate a historiografia literária portuguesa, que considera a literatura produzida no Brasil do Período Colonial como ramo da sua própria produção. Esse crítico procura mostrar que a produção literária que se estende desde Anchieta, passando por Gregório de Matos, já apresentava não apenas traços que a distinguiam da literatura da metrópole, mas sobretudo uma preocupação em reiterar a sua singularidade, que se evidenciava pela presença significativa de elementos do Barroco, estilo sem muita expressão em Portugal. O Barroco teria adentrado na terra *brasilis* provavelmente por influência espanhola, mas no contato com o novo contexto transculturou-se de tal maneira, gerando expressões únicas, representadas por obras como a dos autores citados ou como a de um Aleijadinho, no campo das artes plásticas.

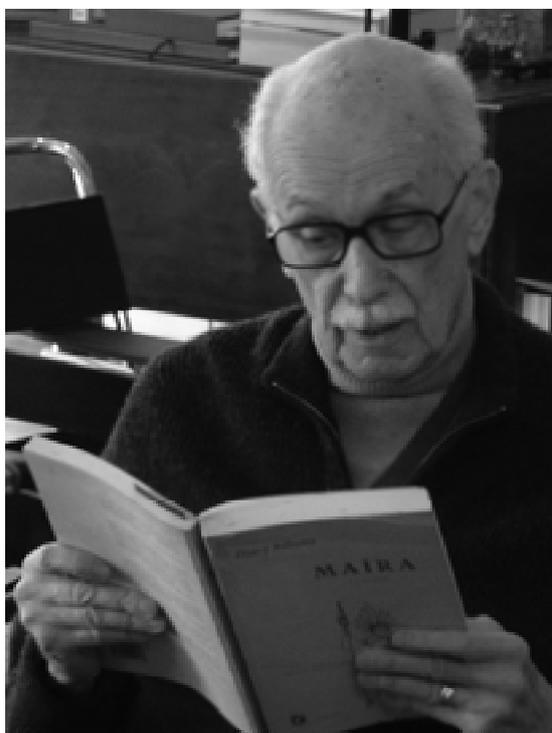


A arte Barroca (Fonte: <http://images.google.com.br>)

Assim, esses traços particulares da produção literária no Brasil levam o autor a outra tese, defendida em muitos dos seus ensaios, de que a periodização em literatura, diferentemente do que pensa Antonio Candido (2007), não deve obedecer a critérios de ordem política, calcados em dicotomias como colonial *versus* nacional, mas antes em critérios estéticos e estilísticos, que visem a uma filosofia literária brasileira. A partir de agora, veremos as opiniões de críticos renomados, tais como Afrânio Coutinho e Antonio Candido, a respeito daquilo que caracteriza o início da literatura brasileira.

O QUE É MESMO LITERATURA BRASILEIRA

Conforme veremos a seguir, muitas são as discussões na tentativa de definir a nossa literatura. Começaremos nosso debate acerca da literatura brasileira apresentando postura teórica sobre a expressão da literatura nacional trabalhada por Antonio Candido, um dos mais conceituados críticos literários da contemporaneidade, que defende ser a literatura do Brasil parte das literaturas do Ocidente da Europa. Em *Iniciação à Literatura Brasileira* (2007) Antonio Candido não deixa margem para a atitude criativa e original de nossa literatura em seu aspecto de superação do modelo, mostra-a como cópia secundária da produção europeia – a Grande Mãe, de cujo ventre somos frutos –, destacando este fato como ‘natural’; aos olhos desse crítico,



Antônio Candido (Fonte: <http://www.blogtribuna.com.br>).

No tempo da nossa independência, proclamada em 1822, formou-se uma teoria nacionalista que parecia incomodada por este dado evidente e procurou minimizá-lo, acentuando o que havia de original, de diferente, a ponto de rejeitar o parentesco, como se quisesse descobrir um estado ideal de começo absoluto. Trata-se de atitude compreensível como afirmação política, exprimindo a ânsia por vezes patética de identidade por parte de uma nação recente, que desconfiava do próprio ser e aspirava ao reconhecimento dos outros. Com o passar do tempo foi ficando cada vez mais visível que a nossa é uma literatura modificada pelas condições do Novo Mundo, mas fazendo parte orgânica do conjunto das literaturas ocidentais. (CANDIDO, 2007, p. 11).

Antonio Candido segue defendendo que, no momento da ‘descoberta’, o Brasil era habitado por povos autóctones, primitivos, vivendo em culturas rudimentares. Havia, portanto, afastamento considerável entre a cultura do conquistador e a do conquistado, que por isso sofreu um processo brutal de imposição. A sociedade colonial brasileira não foi, portanto, um prolongamento das culturas locais, mais ou menos destruídas, conforme defendia certa imaginação romântica nacionalista. Foi, na verdade, transposição das leis, dos costumes, do espírito das metrópoles. A partir dessa diferença de ritmos de vida e de diversidades culturais, formou-se a sociedade brasileira, que viveu desde cedo a difícil situação de contato entre formas primitivas e formas avançadas, vida rude e vida requintada. Ao defender a idéia de que a literatura não nasceu aqui, mas veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma nova sociedade, Candido dimensiona uma postura híbrida na construção da literatura no Brasil.

No momento da colonização, a Europa sofria a influência do Renascimento, cujas formas literárias eram refinadas, e Portugal superou a maioria das formas de origem medieval, talvez mais bem adequadas ao gênio nacional e sem dúvida mais arraigadas na cultura popular. Esta linguagem culta, nutrida de humanismo e tradição greco-latina, foi o instrumento usado para demonstrar a realidade de um mundo desconhecido, oposto ao do colonizador. Para Antonio Candido (2007), a literatura brasileira, como as de outros países do Novo Mundo, resulta desse processo de imposição, ao longo do qual a expressão literária foi se ajustando a uma realidade social e cultural que, com o passar dos tempos, definia a sua particularidade. Ele entende que, como toda cultura dominante no Brasil, a literatura foi aqui um produto da colonização, um ‘transplante’ da literatura portuguesa, da qual saiu a nossa como prolongamento. A esse respeito argumenta: “No país primitivo, povoado por indígenas na Idade da Pedra, foram implantados a ode e o soneto, o tratado moral e a epístola erudita, o sermão e a crônica dos fatos” (p. 13).

Esse crítico postula, então, que a partir daí o processo de formação da literatura desenvolveu-se como adaptação da palavra culta do Ocidente, que necessitou assumir novos matizes para descrever e transfigurar a nova realidade. Do seu lado, a sociedade emergente desenvolveu sentimentos diversos, outras formas de ver o mundo, que resultaram numa variante original da literatura portuguesa. Assim, a história da literatura brasileira é em grande parte a história de uma imposição cultural que foi paulatinamente gerando expressão literária diferente, embora ligada aos centros civilizadores da Europa. Tal imposição atuou também como instrumento colonizador, destinado a estabelecer e manter a ordem política e social estabelecida pela Metrópole, através, inclusive, das classes dominantes locais.

Vale ressaltar que, além da sua função própria de criar formas expressivas, a literatura serviu para celebrar e fazer valer os princípios cristãos e a concepção metropolitana de vida social, reafirmando não apenas a presença de Deus e do rei, mas o monopólio da língua. Com isso, desqualificou alguns pontos de divergência, como os idiomas, crenças e costumes dos povos indígenas, e depois os dos escravos africanos.

Antonio Candido (2007) argumenta que havia um desejo de exprimir o novo sem abandonar o velho, ou seja, manifestar a singularidade do Novo Mundo sem perder contato inspirador com as matrizes do Ocidente, que eram condição de entendimento entre os homens cultos. No seu entendimento, a crítica nacional falhou quando viu, por exemplo, no uso das formas clássicas e na mitologia greco-latina, uma diminuição e uma subserviência. Na verdade, elas eram a maneira de afirmar a nossa ligação com a Europa.

Segundo Afrânio Coutinho (2008), o estudo sobre a história da literatura brasileira precisa considerar antes de tudo o problema da interpretação do que seja literatura brasileira e de quando ela começou. A teoria prevalecente durante muito tempo não separava da fase colonial de nossa civilização as duas produções do Brasil e Portugal, considerando-as em bloco, como se fossem uma só. Os historiadores portugueses eram especialistas nesse tipo de prática, e é claro que baseados na perspectiva colonialista e imperialista, segundo a qual pertencia a Portugal tudo que se fez no âmbito do mundo de fala portuguesa, abriam pequenos capítulos, em meio ao todo geral da literatura lusa, incorporando autores brasileiros como, por exemplo, o Padre Vieira. Essa prática fez com que alguns encarassem o passado literário português como comum a ambas as nações; eram os chamados clássicos luso-brasileiros, patrimônio de uma cultura comum.

Do ponto de vista da cultura portuguesa, a literatura do período colonial era considerada apenas um 'trecho' da literatura portuguesa produzida na colônia brasileira. E, embora parecesse carente de individualidade própria, trazia latente o germe da revolução que se viera operando na

mesma colônia, na mente dos homens que vieram para cá ou aqui nasceram. Afrânio Coutinho (2008) destaca a importância dessa Revolução, que desde o primeiro momento havia transformado a mentalidade dos habitantes, através da mudança da sensibilidade, das motivações, interesses, maneiras de ser e agir adquiridas, tudo provocado pela nova situação histórica e geográfica. Afrânio Coutinho (2008) reitera que Araripe Júnior, um dos defensores do fenômeno da diferenciação entre as literaturas produzidas em ambas as nações, criou o princípio da “obnubilação”, que procurou aplicar ao estudo da formação do caráter brasileiro e da literatura brasileira, lei que, segundo ele, foi forte e determinante durante os dois primeiros séculos. Vejamos as palavras de Araripe Júnior:

à medida que se afastavam da costa e pequenos povoados, os colonos sofriam uma regressão que os fazia esquecer o estado de civilizados, a fim de adaptar-se ao meio e de habilitar-se à luta com os silvícolas. Esse processo os modificava profundamente, criando, assim, um novo homem, sob todos os aspectos, eis aqui a concretização da obnubilação. (ARARIPE JÚNIOR apud COUTINHO, 2008, p. 21).

Corroborando com essa mesma ideia Afrânio Coutinho, que defende não ser esse ‘novo homem’ um simples desdobramento do europeu, afinal, sua fala, sua sensibilidade, suas emoções, sua produção literária, sua música, tinham se diferenciado desde o primeiro século. Na verdade, nada tem de comum com o que se produziu na Europa. Para ele “Nossos escritores são poucos, mas são nossos, diversos dos portugueses” (COUTINHO, 2008, p. 15).

Não obstante o português ser a língua oficial de ambas as nações, cada uma delas possui peculiaridades próprias, de modo que o leitor brasileiro, ao ler algumas páginas escritas por um português, tem a necessidade de ‘traduzir’ para compreender, como eles o têm em relação a nossa. Segundo Afrânio Coutinho (2008) o problema não é tão somente de vocabulário, mas, igualmente de torneio de frase, revelador de tendências expressionistas peculiares, que mostram uma sensibilidade e psicologia desenvolvidas no curso dos embates da história da formação de uma nova civilização. Ao assumir tal ponto de vista, esse crítico literário se desfaz de qualquer intenção valorativa, ou seja, o reconhecimento da autonomia da literatura brasileira não implica em nenhum juízo depreciativo às letras e literatura portuguesas. A esse respeito, acrescenta:

O espírito brasileiro quer viver livre, independente, e a primeira noção a fixar é a das fronteiras dentro das quais lhe é lícito mover-se, respeitadas as suas características, como deseja respeitar as dos que estiveram situados além das fronteiras. (p. 16).

Na concepção do referido autor, então, a igualdade de língua não é motivo para que as literaturas portuguesa e brasileira não sejam consideradas distintas. Na verdade, a língua que as distingue tomou rumos divergentes no Brasil, de modo que desafia o estudioso da nossa fala.

Acerca da resposta para questões do tipo “*O que é literatura brasileira?*”, “*Quais as características da nacionalidade e da literatura brasileira?*”, Afrânio Coutinho (2007) destaca que por não terem entendido a literatura além de um fenômeno da vida social e política, os historiadores ligaram a origem da literatura brasileira às questões de autonomia política, e dela decorrentes. Para eles, a verdadeira literatura no Brasil só teria existido após a Independência, de modo que admitiram uma divisão em dois períodos: o colonial e o nacional, ou a literatura colonial e autônoma. Bom, mas, o que é literatura colonial? É a literatura produzida durante os primeiros séculos do descobrimento e colonização do Brasil.

O crítico em questão considera esse conceito absurdo, sem sentido. Argumenta que do ponto de vista da crítica literária, não pode haver literatura colonial, se se quer definir com isso a literatura produzida numa colônia. As produções criadas nessa situação podem até ser inferior, mas não colonial, na perspectiva da crítica literária, isto é, não se produz a partir do mesmo processo pelo qual o povo colonizador exerce a colonização do povo colonizado. E, embora ela tenha traços bons ou maus, não se pode caracterizá-la por formas ou gêneros ‘coloniais’, critérios puramente políticos, aplicados por quem não acredita na literatura, submetendo-a ao fenômeno político, social ou mesmo econômico.

Baseado neste princípio, ele discorda da historiografia tradicional, que considera Gregório de Matos como sendo um poeta pertencente à fase ‘colonial’ de nossa literatura; entende apenas que ele pertence a uma época em que o Brasil era apenas uma colônia de Portugal, nada mais. A produção daquela época, não obstante apresentar a mesma língua do colonizador, possui a marca da experiência humana, do sentimento, a visão da realidade do novo homem brasileiro, gerado pelo profundo processo aqui desenvolvido de miscigenação e aculturação.

Esse novo homem não podia exprimir-se com a mesma linguagem do europeu, por isso transformou-a, adaptou-a às novas necessidades expressivas, do mesmo modo que se adaptou às novas condições geográficas, ecológicas, culinárias, às novas relações humanas, de modo que criou novos sentimentos, atitudes, afetos, medos, motivos de comportamento, de alegria e de luta.

Afrânio Coutinho (2008) enfatiza que todo esse complexo cultural adquirido tinha que dar lugar a uma nova arte, a uma nova poesia, a uma nova literatura, a uma nova dança, novas lendas, a novos mitos populares e novos cantos. É o que, segundo ele, já está em Gregório de Matos e em José de Anchieta. Defende que assim como o Brasil, a literatura brasileira

teve início imediato pela voz de seus cantores populares através das inúmeras formas folclóricas e, em fase mais avançada, pelos seus poetas, pregadores, oradores, que plasmaram o novo instrumento verbal, para vazarem o lirismo que a sua alma gerara no contato com a natureza diferente, diante da qual se punham extasiados. (p. 21).

Com isso, reitera que a literatura não nasceu com a independência política; sua autonomia estética nada tem a ver com ela, e que ainda está em curso. Porém, sua existência própria reside no pulsar do primeiro século; sob forma artística, já a encontramos em Anchieta, Gregório de Matos e Pe. Antonio Vieira. É a literatura que exprime a alma brasileira, no contato da realidade histórica, social, psicológica, humana, característica da civilização brasileira. “Encará-la como parte colonial e nacional não tem validade crítica” (p. 22). A literatura brasileira é aquela que exprime a experiência brasileira, porque testemunha o homem brasileiro de todos os tempos, o homem que é o mesmo, falando da mesma forma e sentindo igualmente, tanto quando era colono como quando se tornou livre.

Afrânio Coutinho (2008) postula ser irrisório afirmar que ela é brasileira ou nacional depois da independência política, como se houvesse adquirido traços novos, diferentes daqueles do tempo colonial. Na verdade, o que ocorreu foi o natural aperfeiçoamento das formas literárias na medida em que o homem evoluía, do ponto de vista da educação e das condições de vida. A partir desse entendimento, a tese sobre a origem da literatura brasileira no século XVI tem como consequência a necessidade de se afastar o conceito de “literatura colonial” para definir a literatura oriunda do período anterior à independência política.

Conforme verificamos, fica superada de todo a velha dicotomia entre literatura colonial e nacional. Uma literatura não é colonial só porque se produz numa colônia e não é nacional apenas depois da independência política da nação. A nossa literatura foi ‘brasileira’ desde o primeiro instante, assim como foi brasileiro o homem que no Brasil se firmou desde o momento em que o europeu aqui chegou e ficou. Assim, a literatura brasileira primitiva não é colonial, mas barroca e brasileira. Vale considerar, inclusive, a chamada literatura de ‘informação’ escrita por aqueles que intentaram passar suas primeiras impressões acerca da terra e dos nativos que aqui encontraram, tais como os relatos de viagens, as crônicas, diários, cartas, sermões, etc; vamos conhecer um pouco dessa literatura de ‘informação’?!

A LITERATURA DE ‘INFORMAÇÃO’

Os primeiros textos escritos sobre a nossa história documentam a instauração do processo de colonização: são informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o nativo brasileiro. Os

informantes que chegaram pelas naus cabralinas, aportando na costa brasileira em 22 de abril de 1500, nos trouxeram uma visão do mundo medieval, amparada em padrões correspondentes de cultura. Estes navegantes portugueses, homens da Idade Média, interpretaram o mundo novo que acabavam de revelar pela voz de Pero Vaz de caminha, seu cronista oficial; eram guiados por uma cosmovisão em que a tônica incidia sobre Deus, não sobre o homem, como postulava o Humanismo e como em Portugal já se principiava a conceber.

Segundo Massaud Moises (2001), esses ‘informantes’ lançavam-se em aventuras para além do oceano, enfrentavam mil perigos e superstições motivados por uma crença humanística e pela vontade de lutar pelo reino de Deus; seu dinamismo expansionista levava como endereço certo a divulgação da fé e do Império português. Conquistar, explorar, dominar, praticar o comércio ilícito e de forma gananciosa, constituíam verbos conjugados em nome de Cristo. Desse modo aproveitando-se da missão a que eram confiados, isto é, de divulgar o Catolicismo, ideal único, praticavam atos muitas vezes desumanos. Na verdade, o idealismo com que alimentavam a fé nos valores cristãos, e na união dos povos sob a inspiração deles, não impedia, antes condicionava, que se atirassem com vigor, ao mesmo tempo cavaleiresco e interesseiro, à batalha do alargamento do território português e do Catolicismo.

O espírito de cruzada simultaneamente teológica e comercial acabou cruzando o atlântico e chegando ao Brasil, marcando, desse modo, a nossa literatura, ao menos até os fins do século XVIII: efetivamente, a literatura brasileira do período colonial desenvolveu-se desde o início segundo estruturas culturais de contorno medieval. É sobretudo no período quinhentista que nos deparamos com tal fenômeno, que corresponde à chamada atividade literária das primeiras décadas de nossa formação histórica, em que vemos brotar documentos de cunho religioso, sermões, crônicas, relatos de viagens, informações da terra. Os dois primeiros correspondiam ao instrumental da catequese e da educação do colono; os demais tratavam de simples reportagens ou de registros de viagens com o intuito de melhor conhecer a terra, e, dando-a a conhecer aos superiores em Lisboa, de modo a possibilitar-lhe a exploração e, com isso, colaborar na empreitada expansionista da Metrópole.

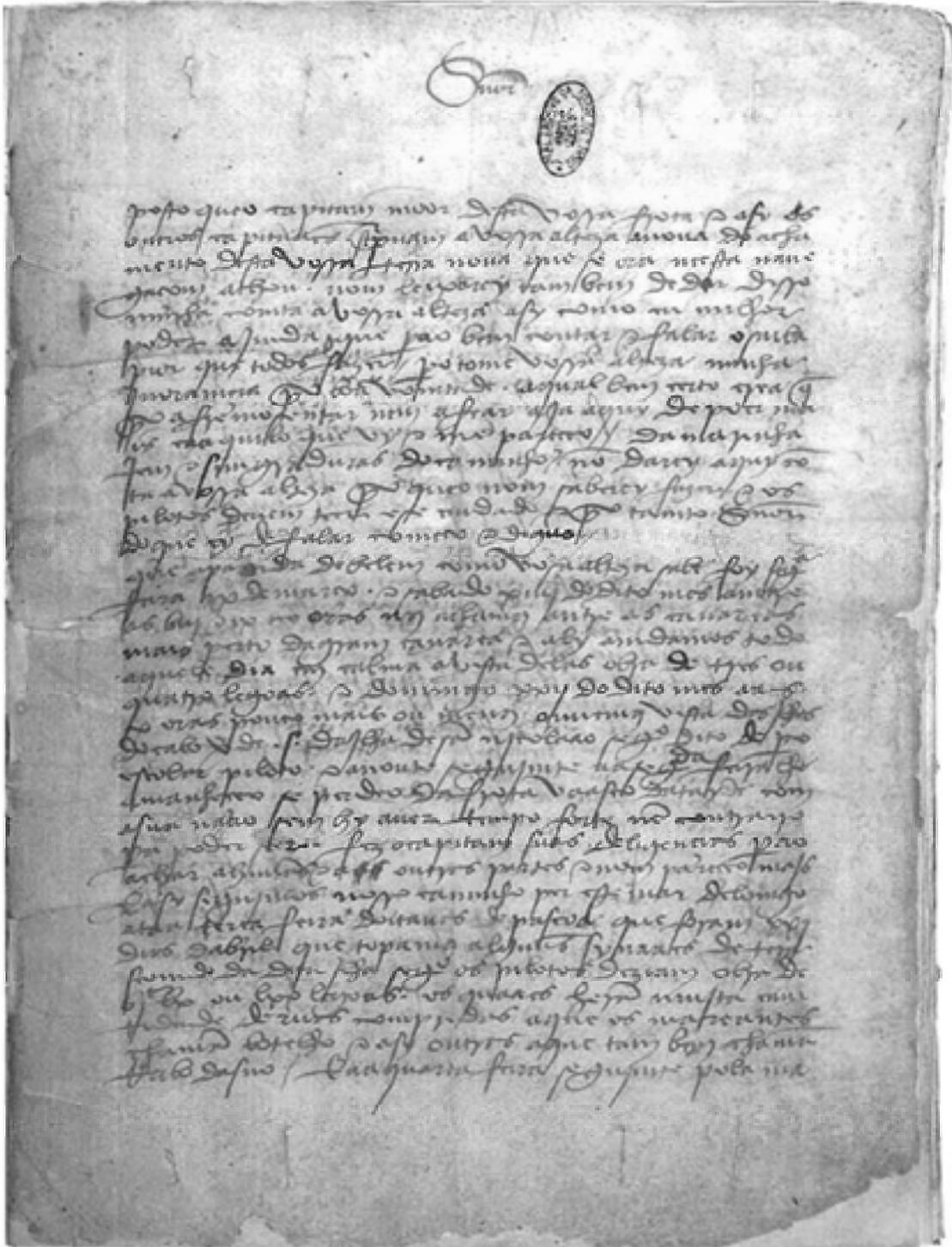
Vale considerar que em ambos a feição literária dos escritos era aleatória, com poucos recursos estilísticos. Acerca da produção do nosso quinhentismo, Alfredo Bosi (2000) afirma que enquanto informação esse material não pertence à categoria do literário; porém, dada à sua inestimável riqueza sociológica e historiográfica, contribui para a montagem de um painel das nossas origens e formação. É graças a algumas tomadas diretas da paisagem, dos grupos sociais nascentes e do índio, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde viria a

produzir sua arte literária. Alguns desses documentos captaram em diferentes *flashes* a inteligência brasileira, reagindo contra certos processos agudos de europeização, procurou nas raízes da terra e do nativo imagens para se firmar em face do estrangeiro. Muitos deles foram lidos alguns séculos depois tanto por Alencar romântico e saudosista como por alguns modernistas, na tentativa de compreenderem o valor estético daquilo que alguns chamam de 'literatura' de informação. Dos textos de origem portuguesa merecem destaque:

1. A <i>Carta</i> de Pero Vaz de Caminha a El-rei D. Manuel, contando sobre o descobrimento de uma nova terra e as primeiras impressões da natureza e do nativo que ali se encontrava;
2. O <i>diário de navegação</i> , de Pero Lopes de Sousa, escrivão do primeiro grupo colonizador, o de Martim Afonso de Sousa (1530);
3. O <i>tratado da terra do Brasil e a história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil</i> , de Pero Magalhães Gândavo (1576);
4. A <i>Narrativa Epistolar e os Tratados da terra e da Gente do Brasil</i> , do jesuíta Fernão Cardim (1583);
5. O <i>tratado Descritivo do Brasil</i> , de Gabriel Soares de Sousa (1587);
6. O <i>Diálogo sobre a Conversão dos Gentios</i> , do Pe. Manuel da Nóbrega;
7. A <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente de salvador (1627);
8. As <i>Cartas</i> dos missionários jesuítas escritas nos dois primeiros séculos da catequese.

A partir de agora, vejamos mais detalhadamente o que representa essa produção.

A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA



Carta de Pero Vaz de Caminha (Fonte: <http://upload.wikimedia.org>).

O que para nós significou uma autêntica certidão de nascimento, a *Carta de Caminha* a D. Manuel, noticiando a terra ‘achada’, insere-se em um gênero representado durante o século XV em Portugal e Espanha: a literatura de viagens. O sentido pragmático da atividade literária e historiográfica durante o período da expansão ultramarina portuguesa está muito claro já no primeiro documento escrito sobre a nova terra, “Estamos a escrever da vossa Ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro de maio de 1500”, pois a escrita apresenta-se sob a forma de diário de bordo. À primeira leitura da Carta nota-se o espírito observador, ingenuidade e uma discreta ideologia mercantilista por parte do escrevente da nau capitânia, ao relatar sobre os índios:

A feição deles é serem pardos maneiras d’avermelhados, de rostos regulares e narizes bem feitos; andam nus sem nenhuma cobertura; nem se importam de cobrir nenhuma cousa, nem de mostrar suas vergonhas. E sobre isso são tão inocentes, como em mostrar o rosto. Traziam os beijos de baixo furados e, cada um, metidos neles ossos de osso mesmo, brancos. (...) metem-nos pela parte de dentro do beijo. Os seus cabelos são corredios; e andavam tosquiados de tosquia mais alta que sobre-pente de bom tamanho e raspados até acima das orelhas. (VOGT, 1982, p. 13).

Em destaque, Caminha atribui à *Carta* a função de mensageira da verdade, como ele próprio declara: “Mas tome Vossa alteza minha ignorância por boa vontade; e creia, como certo, que não hei de pôr aqui mais que aquilo que vi e me pareceu, nem para aformosear nem para afear” (VOGT, 1982, p. 11). Sobre a terra nova, destaca:

Essa terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, será tamanha que haverá nela bem 20 ou 25 léguas por costa. Traz, ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras, algumas vermelhas, algumas brancas; e a terra por cima é toda plana e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia rasa, muito plana e bem formosa. Pelo sertão, pareceu-nos do mar muito grande, porque a estender a vista não podíamos ver senão terra e arvoredos, parecendo-nos terra muito longa. Nela, ate agora, não pudemos saber que haja ouro nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem ferro; nem a vimos. Mas a terra em si é muito boa de ares, tão frios e temperados, como os de Entre-Douro e Minho, porque, nesse tempo de agora, assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas e infindas. De tal maneira é graciosa que querendo aproveitá-la dar-se-á por bem das águas que tem. Mas o melhor fruto que

nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente; e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar. (...) durante a celebração [da Primeira Missa] quando levantaram a deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção. (p. 23).

O cronista Pero Lopes de Sousa, que acompanhou seu irmão Martim Afonso de Sousa em 1530 na expedição ao Brasil, escreveu o minucioso relato de bordo *Diário da Navegação da armada* durante a exploração do Rio da Prata, mas somente em 1838 foi publicado pelo historiador Varnhagen. Nele, Pero registra detalhadamente o que pôde observar tanto durante a viagem ao Brasil, na companhia do irmão, como depois por conta própria até o Rio da Prata. Ao mesmo tempo em que fala das condições geográficas como longitude, latitude, ventos, etc., narra episódios concernentes ao contato com os índios, na batalha contra os franceses no litoral pernambucano e baiano, na fundação de São Vicente e na sua expedição em terra. Registra, principalmente, relatos da sua gente, da fauna e da flora, constituindo-se muito mais um importante documento da nossa historiografia sócio-geográfica.

Muito pouco sabemos sobre Pêro Magalhães de Gândavo, autor das obras *História da Província de Santa Cruz, a que Vulgarmente Chamamos Brasil* e *Tratado da Província do Brasil*, além de ele ser natural de Braga, Portugal, possuir origem flamenga e ser amigo de Camões. Alfredo Bosi (2000) argumenta que tais obras foram escritas em torno de 1570, mas publicados somente em 1826, sob a responsabilidade da Academia Real das Ciências de História de Portugal. Ambas as obras são uma ‘propaganda’ da imigração, pois tratam dos bens e do clima maravilhoso da colônia. Segundo Bosi (2000) Gândavo estava ciente de seu papel de pioneiro “A causa principal que me obrigou a lançar mão da presente história, e sair com ela à luz, foi por não haver até agora pessoa que a empreendesse, havendo já setenta e tantos anos que esta província é descoberta” (p. 15).

O nativismo em ambas as obras situa-se no nível descritivo e não possui qualquer conotação subjetiva. “O tom é sóbrio e a sua simpleza vem de um espírito franco e atento ao que se lhe depara, sem apelo fácil e construções imaginárias” (BOSI, 2000, p. 16). O cronista lusitano dá notícias da terra em geral, lendo-o tomamos conhecimento de que a escravidão aprendeu a suportar desde muito cedo o ônus da vida colonial: “A primeira coisa que [os moradores] pretendem adquirir aqui são os escravos para lhes fazerem suas fazendas, (...) pois lhe cultivam e granjeiam suas roças” (p. 16). Há ainda descrições breves de costumes indígenas, como: a poligamia, as guerras, os ritos religiosos e de vingança, a antropofagia.

Gabriel Soares de Sousa nasceu em Portugal em 1540; por volta de 1570, vem para o Brasil e instala-se na Bahia, onde enriquece e torna-se vereador daquele lugar. Tendo herdado do irmão um roteiro de minas de prata que se encontrariam junto às cabeceiras do Rio São Francisco, foi à Espanha em 1587 pedir uma carta-régia que lhe concedesse o direito de adentrar pelos sertões mineiros; obteve-a, mas a expedição não vingou, vindo ele a aparecer em 1591.

A crítica histórica tem destacado o seu *Tratado Descritivo do Brasil* como a fonte mais rica de informações sobre a colônia no século XVI; trata-se de um roteiro geral de largas informações sobre a costa brasileira, a fauna e a flora da Bahia, e os capítulos sobre os gentios (índios) acercam-se do relatório etnográfico, pois não só cobrem a informação básica, da cultura material à religiosa, como apontam traços peculiares: descrevem os suicidas comedores de terras, os exibicionistas e os feiticeiros chamadores da morte.

Ainda neste período, surgem também as crônicas jesuíticas, ricas de informações pedagógicas e moral; dentre os nomes mais significativos podemos apontar Manuel da Nóbrega, Fernão Cardim e José de Anchieta; este último merece destaque pela relevância literária. Iniciaremos com Nóbrega, que veio para o Brasil em 1549, juntamente com Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, chefiando a primeira missão jesuítica com propósito de principiar a catequese. Produziu o epistolário de grande valor histórico *Diálogo Sobre a Convenção do gentio* (1558), documento notável em que o jesuíta apresenta os aspectos ‘positivos’ e ‘negativos’ do indígena, no que diz respeito à conversão. Além disso, escreveu também *Cartas do Brasil*, impressas em conjunto por volta de 1886, endereçando-as a vários destinatários em Portugal e aos ‘moradores de São Vicente’. Elas continham informações da terra e da gente do Brasil, além de notícias sobre as tarefas de conversão do indígena e educação do colono: o escritor enfatiza as qualidades do solo, fértil e rico, e a falta de bons sacerdotes, pois “é a escória que vem de lá apenas para ganhar dinheiro”. (BOSI, 2000, p. 18).

Segundo Massaud Moisés (2001) as *Cartas* ressaltam o quanto o jesuíta ficava impressionado com a promiscuidade sexual dos indígenas, compartilhada muitas vezes por alguns colonos. Elas comentam sobre os costumes antropófagos dos silvícolas e de alguns portugueses aderentes a tais práticas, metidos em plena mata virgem, como que de volta a estágios pré-civilizacionais; informam de suas crenças religiosas e da facilidade com que se apegavam aos missionários, principalmente quando crianças. No âmbito literário, elas apresentam menor significado, pois estão isentas de carga imaginativa por serem missivas-relatórios. Porém o *Diálogo Sobre a Conversão do Gentio* em que Nóbrega imagina um diálogo entre Gonçalo Álvares, um curador de índios a serviço da Companhia, e o Irmão Matheus Nogueira acerca da conversão dos índios, é de especial interesse, pois além de apresentar uma idéia do pensamento do autor, e mesmo da Companhia de Jesus

no Brasil, mostra evidentes intuítos literários, afinal, ‘inventa’ a linguagem de um e de outro, como se fossem personagens imaginárias e não vivas; além disso, o estilo e o conteúdo das falas mostram coerência.

Fernão Cardim era natural de Viana de Alvito, Portugal, e entrou na Companhia de Jesus em 1555. Em 1582, quando ainda era ministro do Colégio de Évora, foi designado para acompanhar ao Brasil o visitador Cristóvão de Gouveia e Manuel Teles Barreto, primeiro governador-geral nomeado sob o domínio espanhol. Na companhia do primeiro, percorreu a Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro, local de que gostava muito, chegando a ser nomeado reitor do Colégio S. Sebastião. Em 1598, foi eleito Procurador da Província do Brasil em Roma. De regresso, em Lisboa, embarcou de volta para o Brasil em 1601, porém seu barco foi tomado por piratas ingleses que os conduziram para a Inglaterra, onde furtaram os manuscritos que levava consigo, indo acabar em mãos de um colecionador, Samuel Purchas. Em 1604, retornou ao Brasil, como Provincial, cargo que permanece até 1609 quando reassumiu a direção do Colégio da Bahia, vindo a falecer em 1625.

De posse dos manuscritos, o inescrupuloso Purchas mandou traduzi-los para o inglês, e publicou-os na famosa coleção *Purchas His Pilgrimes* (1625), com o título de *A Treatise of Brasil Written by a Portuguese! Which had long lived there*. Por volta de 1847, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen publica em Lisboa um manuscrito encontrado em Évora, com o título de *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente e São Paulo, etc., desde o ano de 1583 ao ano de 1590*. Imediatamente, os louvores dirigidos à Narrativa por diversos estudiosos atraíram a atenção dos historiadores para a verdadeira autoria.

Todavia, somente em 1881 seu nome voltou a ser lembrado, por ocasião da publicação de um tratado intitulado *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias*, baseado numa cópia de um manuscrito de Évora. No prefácio à edição do apógrafo, Capistrano de Abreu argumenta em favor de Fernão Cardim como sendo o autor das obras de que se apropriara Purchas. Massaud Moisés (2001) comenta, ainda, que mais tarde Afrânio Peixoto publica uma coletânea com a maioria dos manuscritos de Cardim, sob o título de *Tratado da Terra e Gente do Brasil*, em que se pode constatar uma evolução de conteúdo e de forma entre eles. Segundo Massud Moisés (2001), a obra é de grande valia historiográfica, pois trouxe à compreensão os fenômenos da primeira colonização do País.

Sua visão das coisas brasileiras era antes de tudo estética. De espírito jovial, aberto, sensível às novidades com as quais ia se deparando, Cardim entrevê o Brasil como um Éden; tudo se lhe parecia ao menos igual a Portugal ou ao resto da Europa:

Este Brasil é já outro Portugal, e não falando do clima que é muito mais temperado, e sadio, sem calmas grandes, nem frios, e donde os homens vivem muito com poucas doenças, como de cólica, fígado, cabeça, peito, sarna, nem outras enfermidades de Portugal; nem falando do mar que tem muito pescado, e sadio; nem das cousas da terra que Deus deu cá a esta nação” (CARDIM apud MOISÉS, p. 54).

José de Anchieta, mais do que qualquer outro jesuíta, foi senhor de autêntica vocação literária, conforme veremos. Entra na conceituada universidade de Coimbra, onde fica por dois anos, pra ali se aperfeiçoar em língua latina e atender a outras ciências. Do curso de filosofia, segue para a Companhia de Jesus, dois anos depois incorpora-se à missão jesuítica chefiada pelo Pe. Luis de Grã, que acompanha o segundo governador-geral do Brasil, Duarte da Costa. Apesar de enfermo, Anchieta se entrega à missão catequética: seis meses depois de chegado, já falava a língua nativa e escreve *A Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, para facilitar aos sacerdotes a missão da catequese e educação do gentio.



Padre José de Anchieta (Fonte: <http://4.bp.blogspot.com>).

Massaud Moisés (2001) destaca que a atividade intelectual de Anchieta, embora misturada à catequese e ao ensino religioso, traz o mérito de ser pioneira no alvorecer da mais nova colônia portuguesa. Além da prosa, o catequista produziu larga obra poética de considerável valor estético, estimulada pela tarefa missionária. Havia na sua juventude uma predileção pelo idioma castelhano, justificada pelo fato de o poeta ser originário de Tenerife, ilha cuja língua é o espanhol. Contudo, à proporção que se liberta dos conflitos íntimos, vai-se tornando homem prático, voltado para a conversão do aborígine e a educação do português emigrado, escrevendo mais em português.

Entretanto, suas *Poesias* somente vieram a lume em 1954, numa edição integral, incluindo as composições em Latim, em Espanhol e em Tupi, por ocasião das comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Obviamente, só podem ser consideradas como partes integrantes da Literatura Brasileira poemas em vernáculo, embora os escritos nas outras línguas mereçam também destaque. Dentre aqueles que mais se destacam temos o longo poema elegíaco, em Latim, *De Beata Virgine Dei Matre Maria, Poema da Virgem, Em Deus, meu Criador, Do Santíssimo Sacramento*, entre outras. Citaremos algumas estrofes desse último para mostrar a elegância, naturalidade, musicalidade, e o quanto encontra-se preñado de ‘palpitações religiosas’:

Ó que pão, ó que comida,
 Ó que divino manjar
 Se nos dá santo altar
 Cada dia!

Ó que divino bocado,
 Que tem todos os sabores!
 Vinde, pobres pecadores,
 a comer!

.....
 Ó entranhas piedosas
 De vosso divino amor!
 Ó meus Deus e meu Senhor
 Humanado!

Quem vos fez tão namorado
 de quem tanto vos ofende?
 Quem vos ata? Quem vos prende
 com tais nós?

Segue-se abaixo uma estrofe elegante e com suave tom de ladainha dos versos espanhóis:

Morra eu, por que viver
 Vós possais dentro de mi.
 Ganhai-me, pois me perdi
 em amar-me.

Observemos que a antítese *ganhar X perder* que, embora inserida nos versos portugueses iniciado no *Cancioneiro Geral* de Garcia Resende (1516), sob a influência petrarquiana, já apresenta laivos da poesia barroca, especialmente de índole religiosa, qual a poesia de Gregório de Matos.

O poema *De Beata Virgine Dei Matre Maria*, conhecido como *Poema da Virgem*, narra a vida, paixão e morte de Maria, mãe de Cristo. Massaud Moisés (2001) observa que, na carta endereçada ao Geral Diogo Lainez, de São Vicente, datada de janeiro de 1565, Anchieta relata os fatos que o levaram a fazer a promessa de elaborar um poema em louvor a Maria: preso como refém entre os índios tamoios, observa que estavam “levando continuamente os escravos, mulheres e filhos dos cristãos, matando-os e comendo-os”, assim, promete erguer um hino de graça a Nossa Senhora, caso o ajudasse a resolver tal problema de forma pacífica. Destacamos aqui alguns versos:

Eis os versos que outrora, ó Mãe Santíssima,
te prometi em voto
vendo-me cercado de feroz inimigo.
Enquanto entre Tamoios conjurados,
pobre refém, tratava as suspiradas pazes,
tua graça me acolheu
em teu materno manto
e teu poder me protegeu intactos corpo e alma.
A inspiração do céu,
Eu muitas vezes desejei penar
e cruelmente expirar em duros ferros.
Mas sofreram merecida repulsa meus desejos:
só a heróis
compete tanta glória!

O poema, segundo a lenda, teria sido escrito nas areias de Iperoig, e depois, de memória, transcrito no papel. Apesar de utilizar a Bíblia e o Breviário como fonte inspiradora, Massaud Moisés (2001) destaca que partes do poema remetem aos autos de Gil Vicente e às poesias de Ovídio. “Transpira desde os primeiros versos profunda comoção, inalterável ao longo das estrofes, e que de imediato se transmite ao leitor” (p. 45). Tudo se passa como se contemplássemos o poeta em êxtase místico diante de Maria.

Algumas das poesias de Anchieta se transformaram em cenas teatrais, primeiro em razão dos objetivos que o poeta tinha em mira, e segundo porque também dotado de vocação para a dramaturgia. Em se tratando de Anchieta, como, aliás, de Gil Vicente, com o qual as suas peças apresentam certa semelhança: a sua poesia, na vertente pedagógica fun-

de-se com o teatro, e este, no entender de Massaud Móisés (2001) “é sempre criação poética” (p. 46). O catequista produziu oito peças dramáticas, a saber: *Quando, no Espírito Santo, se recebeu uma relíquia das Onze Mil Virgens*, em Português; *Dia da Assunção*, peça em Tupi, destinada à recepção da imagem de Nossa Senhora da Assunção (1579); *Uma Festa de São Lourenço*, escrita em espanhol, tupi e português, talvez a mais longa de todas, encenada em 1583; *Na Festa de Natah*, *Na Vila de Vitória*, *Na Aldeia de Guaraparim*, *Na Visitação de Santa Isabel* e, finalmente, *Auto de Pregação Universal*, poema escrito em vernáculo e tupi, do qual apenas se conhecem fragmentos.

O teatro jesuítico divide-se em dois grupos, embora sempre com propósitos moralizantes: autos, encenados nas aldeias, com vistas à catequese; e autos, comédias e tragédias, nos colégios, fundindo a preocupação pedagógica e formativa com o esmero literário. José de Anchieta produziu também peças destinadas ao público das aldeias, cidades e colégios, para satisfazer a todas as classes e gostos. Assim, seus autos, assim como os *mistérios* e as *moralidades* da Idade Média, que estendiam até o adro da igreja o rito litúrgico, materializam nas figuras dos anjos e dos demônios os pólos do Bem e do Mal, da Virtude e do Vício, entre os quais oscila o cristão, daí o seu realismo, que à primeira vista parece ser tão somente uma alegoria.

E aí? Que mais a comentar? Muita coisa, mas estamos chegando ao final da aula desta aula e você já deve ter observado como uma viagem através dos primórdios da nossa literatura pode, muitas vezes, nos pôr em contato com nossas raízes histórico-literárias, de modo a facilitar o nosso entendimento acerca daquilo que entendemos como Literatura Brasileira, além de compreender o motivo de tantas discussões a seu respeito, por parte da crítica literária no Brasil.

CONCLUSÃO

Agora, com a leitura e reflexão sobre o que comentamos há pouco, fica mais fácil para você discutir com alguém sobre o que é Literatura Brasileira, como ela se originou e qual a sua importância para a formação do caráter nacional. Você percebeu que Afrânio Coutinho segue pelas vias da estética e da estilística para explicar a formação da literatura brasileira, enquanto que a visão de Antonio Candido volta-se para as questões historiográficas e culturalistas? Bom, há um longo caminho pela frente, mas o importante é seguir nossa viagem, que está apenas começando, insistindo na busca de mais conhecimento em relação à nossa literatura.



RESUMO

Nesta aula vimos a discussão acerca do que é Literatura Brasileira, a partir dos conceitos estabelecidos por dois conceituados críticos literários: Antonio Candido e Afrânio Coutinho. O primeiro defende a idéia de que a literatura brasileira não nasceu aqui, mas veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma nova sociedade, portanto, dimensiona uma postura híbrida na construção da literatura no Brasil. Na verdade, a literatura brasileira, como as de outros países do Novo Mundo, resulta do processo de imposição, ao longo do qual a expressão literária foi se ajustando a uma realidade social e cultural que, com o passar dos tempos, definia a sua particularidade. E como toda cultura dominante no Brasil, a literatura foi aqui um produto da colonização, um ‘transplante’ da literatura portuguesa, da qual saiu a nossa como prolongamento. Afrânio Coutinho (2008), por sua vez, defende que a Literatura Brasileira não nasceu com a independência; desconsidera a velha dicotomia entre literatura colonial e nacional, pois, uma literatura não é colonial só porque se produz numa colônia e não é nacional apenas depois da independência política da nação. Para este autor, sua autonomia estética nada tem a ver com ela, e que ainda está em curso. Na verdade, a sua existência própria reside no pulsar do primeiro século; sob forma artística, já a encontramos em Anchieta, Gregório de Matos e Pe. Antonio Vieira. É a literatura que exprime a alma brasileira, no contato da realidade histórica, social, psicológica, humana, característica da civilização brasileira; ela traduz a experiência brasileira, porque testemunha o homem brasileiro de todos os tempos, o homem que é o mesmo, falando da mesma forma e sentindo igualmente, tanto quando era colono como quando se tornou livre. Além da discussão sobre o que é Literatura Brasileira, você aprendeu também que ela se estrutura a partir da chamada literatura de ‘informação’ escrita por aqueles que intentaram passar suas primeiras impressões acerca da terra e dos nativos que aqui encontraram, tais como os relatos de viagens, as crônicas, diários, cartas, sermões, etc. Na verdade, esses primeiros textos escritos sobre a nossa ‘história’ documentam a instauração do processo de colonização; são informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o nativo brasileiro.



ATIVIDADES

1. Qual a definição de Literatura Brasileira, baseada nas discussões da aula de hoje?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Você, certamente, está lembrado das discussões acerca do que é Literatura Brasileira, a partir dos conceitos estabelecidos por dois conceituados críticos literários: Antonio Candido e Afrânio Coutinho. O primeiro defende a idéia de que a literatura brasileira não nasceu aqui, mas veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma nova sociedade, portanto, dimensiona uma postura híbrida na construção da literatura no Brasil. Na verdade, a literatura brasileira, como as de outros países do Novo Mundo, resulta do processo de imposição, ao longo do qual a expressão literária foi se ajustando a uma realidade social e cultural que, com o passar dos tempos, definia a sua particularidade. E como toda cultura dominante no Brasil, a literatura foi aqui um produto da colonização, um ‘transplante’ da literatura portuguesa, da qual saiu a nossa, como prolongamento. Afrânio Coutinho (2008), por sua vez, defende que a Literatura Brasileira não nasceu com a independência; desconsidera a velha dicotomia entre literatura colonial e nacional, pois, uma literatura não é colonial só porque se produz numa colônia e não é nacional apenas depois da independência política da nação. Para este autor, sua autonomia estética nada tem a ver com ela, e que ainda está em curso. Na verdade, a sua existência própria reside no pulsar do primeiro século; sob forma artística, já a encontramos em Anchieta, Gregório de Matos e Pe. Antonio Vieira. Assim, Literatura Brasileira é a literatura que exprime a alma brasileira, no contato da realidade histórica, social, psicológica, humana, característica da civilização brasileira; ela traduz a experiência brasileira, porque testemunha o homem brasileiro de todos os tempos, o homem que é o mesmo, falando da mesma forma e sentindo igualmente, tanto quando era colono como quando se tornou livre.

PRÓXIMA AULA

Quem aqui sabe, de fato, o que abordaremos na próxima aula? Sim? Não? Bom, voltaremos a falar sobre a Literatura Brasileira, mas desta vez trataremos do Barroco e do Arcadismo, destacando os autores e obras mais importantes; além disso, ressaltaremos a relação de ambos com a estética romântica.





AUTO-AVALIAÇÃO

Agora que foi oficialmente apresentado à Literatura Brasileira, você é capaz de especular sobre as várias concepções acerca da nossa literatura, não é mesmo? pense e tente responder a si mesmo até que a nossa próxima aula comece a destacar melhor esses conceitos vistos, ressaltando suas relações com o período conhecido por Romantismo. Só mais uma sugestão: que tal imaginar que você terá que repassar, como um seminário acadêmico a um colega, a definição de Literatura Brasileira, considerando-se suas raízes?! Tente ousar. Boa sorte!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. Vieira. **Literatura, mito e identidade nacional**. São Paulo: Ômega, 2008.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 36 ed. São Paulo: Cultrix, 2000.
- CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.
- _____. **Formação da literatura brasileira**. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- COUTINHO, Afrânio. **Introdução à literatura no Brasil**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOISÉS, M. **História da literatura brasileira**. v. I. São Paulo: Cultrix, 2001.
- VOGT, Carlos; LEMOS, J. A. G. **Cronistas e viajantes**. São Paulo: Abril Educação, 1982.

Endereço eletrônico para consultas:

http://www.coladaweb.com/porliteratura/litertura_no_brasil.